

# CONTRATO CEDAE N.º 197/2019 (DSG)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** e a **KIFERRO FERRAGENS EIRELI EPP**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, Diretor de Saneamento e Grande Operação, Sr. MARCOS ABI RAMIA CHIMELLI, doravante denominada **CEDAE**, e a **KIFERRO FERRAGENS EIRELI EPP**, sediada na Rua Nair, nº 201, Olaria, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 21.021-600, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.402.800/0001-40, neste ato por meio de seu procurador ao final assinado, Sr. WELLINGTON LUIZ DE OLIVEIRA MIRANDA, brasileiro, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 07.538.096-4 (DETRAN-RJ), inscrito no CPF sob o nº 904.701.177-53, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.459/2018 (volume 002)**, mediante **Pregão Eletrônico nº 333/2019**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, pelo Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE CHAPA DE AÇO"**, nas quantidades constantes na tabela abaixo transcrita.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL
01	Chapa de aço galvanizada, bitola GSG 18 – 3m X 1m	KG	800
02	Chapa fina de aço laminada a frio, bitola MSG 16 – 2m X 1m	KG	625
03	Chapa fina em aço ASTM A36 laminada a quente, bitola 3/16" – 3M X 1,20M	KG	2.800
04	Chapa de aço galvanizada, bitola GSG 14 – 3m X 1m	KG	1.250
06	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 1/2" – 2m x 1m	KG	3.075
07	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 1" – 2m x 1m	KG	3.280
08	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 3/8" – 2m x 1m	KG	2.325
09	Chapa fina em aço sae ASTM A36, bitola 1.1/2" – 3m x 1,20m	KG	4.360
10	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 1/4" – 3m x 1,20m	KG	3.700
11	Chapa fina em aço sae ASTM A36, bitola 7/8" – 3m x 1,20m	KG	3.840
12	Chapa fina em aço sae ASTM A36, bitola 5/16" – 3m x 1,20m	KG	3.450
13	Chapa em aço carbono piso xadrez, 1/4" – 2m x 1,20m	KG	1.350
14	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 2" – 3m x 1,20	KG	4.350
15	Chapa em aço carbono xadrez, 1/8" – 2m x 1m	KG	1.375
16	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 2.1/2" – 3m x 1,20m	KG	5.460



17	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 3/4" – 3m x 1,20m	KG	5.500
18	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 5/8" – 3m x 1,20m	KG	4.550
19	Chapa em aço carbono piso xadrez, 3/16" – 2m x 1,20m	KG	1.050

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

## **CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

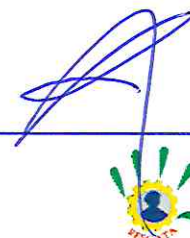
Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 333/2019** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.
- g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016  
Código Orçamentário: 33903011  
Fonte: 10  
Conta Contábil: 411110202  
Centro de Custos: DS03000000



ID da Reserva Orçamentária: 2019000967

**Parágrafo Único** - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

### **CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO**

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 273.540,00 (duzentos e setenta e três mil, quinhentos e quarenta reais)**, conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL
01	Chapa de aço galvanizada, bitola GSG 18 – 3m X 1m	KG	800	5,49	4.392,00
02	Chapa fina de aço laminada a frio, bitola MSG 16 – 2m X 1m	KG	625	4,59	2.868,75
03	Chapa fina em aço ASTM A36 laminada a quente, bitola 3/16" – 3M X 1,20M	KG	2.800	4,23	11.844,00
04	Chapa de aço galvanizada, bitola GSG 14 – 3m X 1m	KG	1.250	6,27	7.837,50
06	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 1/2" – 2m x 1m	KG	3.075	4,57	14.052,75
07	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 1" – 2m x 1m	KG	3.280	5,97	19.581,60
08	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 3/8" – 2m x 1m	KG	2.325	4,40	10.230,00
09	Chapa fina em aço sae ASTM A36, bitola 1.1/2" – 3m x 1,20m	KG	4.360	5,95	25.942,00
10	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 1/4" – 3m x 1,20m	KG	3.700	4,24	15.688,00
11	Chapa fina em aço sae ASTM A36, bitola 7/8" – 3m x 1,20m	KG	3.840	5,09	19.545,60
12	Chapa fina em aço sae ASTM A36, bitola 5/16" – 3m x 1,20m	KG	3.450	4,25	14.662,50
13	Chapa em aço carbono piso xadrez, 1/4" – 2m x 1,20m	KG	1.350	5,49	7.411,50
14	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 2" – 3m x 1,20	KG	4.350	6,14	26.709,00
15	Chapa em aço carbono xadrez, 1/8" – 2m x 1m	KG	1.375	5,12	7.040,00
16	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 2.1/2" – 3m x 1,20m	KG	5.460	5,28	28.828,80
17	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 3/4" – 3m x 1,20m	KG	5.500	5,29	29.095,00
18	Chapa grossa em aço sae 1020, bitola 5/8" – 3m x 1,20m	KG	4.550	5,09	23.159,50
19	Chapa em aço carbono piso xadrez, 3/16" – 2m x 1,20m	KG	1.050	4,43	4.651,50
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>273.540,00</b>

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:



- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

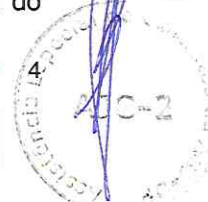
#### **CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 273.540,00 (duzentos e setenta e três mil, quinhentos e quarenta reais)**, em parcela única, de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.





**PARÁGRAFO QUARTO:** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**PARÁGRAFO QUINTO:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO NONO:** O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".



**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

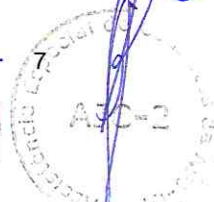
**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.





**PARÁGRAFO ÚNICO:** As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE**



**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link **[www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa)**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no “conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública”.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.



**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO**- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO**- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2020.

Pela **CEDAE**:



**HÉLIO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Presidente



**MARCOS ABI RAMIA CHIMELLI**  
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:

**WELLINGTON LUIZ DE OLIVEIRA MIRANDA**  
Procurador

*966*  
*Belen Cristina L. de O. Miranda RE: 142839*

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Ref. Contr. kiferro-ltda-aquisição-de-chapa-de-aço-PE-333-2019-VBO.



NHA, ID Funcional 41999118, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor D - N 5, matrícula nº 7456 (Prefeitura Municipal de Araruama do Cabo).

LICITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "A", DA CRFB/1988.

Id: 2231144

## SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DA SUBSECRETARIA  
DE 29.11.2019

PROCESSO Nº E-27/142/100123/2018 - ANA LUCIA ALVES MOREIRA, ID Funcional 6141315, 2º Sargento BM - Auxiliar de Enfermagem, vínculo 1 (CBMERJ) e Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 165805 (Ministério da Saúde).

PROCESSO Nº E-08/008/101510/2018 - KATIA VENINA DOS SANTOS, ID Funcional 3167347, Enfermeiro, vínculo 1 (SES) e Enfermeiro, matrícula nº 200350 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes).

PROCESSO Nº E-08/008/101860/2018 - MARIA LUCIA VENANCIO PETRUCCI CORDEIRO, ID Funcional 3167294, Odontólogo, vínculo 1 (SES) e Cirurgião Dentista III - Padrão Q, matrícula nº 818 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes).

PROCESSO Nº E-08/015/1696/2019 - MARIA DA PENHA LAPROVITA OLIVEIRA, ID Funcional 3173651, Auxiliar de Enfermagem, vínculo 1 (SES) e Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 649366 (Ministério da Saúde).

PROCESSO Nº E-08/015/1554/2019 - TAISE GARCIA DOS SANTOS, ID Funcional 30177944, Auxiliar de Enfermagem, vínculo 1 (SES) e Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 236.263-8 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-08/015/718/2019 - ROSANA MARTA MODESTO RAINHO, ID Funcional 31109390, Auxiliar de Enfermagem, vínculo 1 (SES) e Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 144.437-1 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-08/015/782/2019 - ROSANGELA DE SOUZA NUNES SEIXAS, ID Funcional 53680, Farmacêutico, vínculo 1 (SES) e Farmacêutico, matrícula nº 019.202-1 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

LICITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "C", DA CRFB/1988.

Id: 2231142

## SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DA SUBSECRETARIA  
DE 19.12.2019

PROCESSO Nº E-08/007/2146/2018 - ANDREIA FORTINI GUIMARAES, ID Funcional 5640512, Médico, vínculo 1 (SES) e Médico, matrícula nº 013099043 (Ministério da Saúde).

PROCESSO Nº E-08/008/101578/2018 - NEUZA CRISTINA FERREIRA DE SOUZA, ID Funcional 31687091, Médico, vínculo 1 (SES) e Médico III - Padrão H, matrícula nº 13744 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes).

PROCESSO Nº E-08/008/101859/2018 - OLDEMAR JOSÉ TINOÇO BARBOSA LEITE, ID Funcional 31659128, Médico, vínculo 1 (SES) e Médico III - 24 horas - Padrão Q, matrícula nº 103 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes).

PROCESSO Nº E-08/008/101041/2018 - LEANDRO ASSUMÇÃO CORTES, ID Funcional 3195376, Médico, vínculo 1 (SES) e Médico, matrícula nº 2500739 (Ministério da Saúde).

PROCESSO Nº E-01/3543/2012 - JOSE CARLOS NAMETALA, ID Funcional 8086149, Médico, vínculo 1 (SES) e Médico, matrícula nº 0641351 (Ministério da Saúde).

LICITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "C", DA CRFB/1988.

Id: 2231139

## SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DA SUBSECRETARIA  
DE 19.12.2019

PROCESSO Nº E-03/008/3914/2013 - ROSANE DA MOTTA MARTINS DOS SANTOS, ID Funcional 37923285, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I - Geografia, matrícula nº 150.338-2 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/011/1052/2016 - CLAUDIA CRISTINA DA SILVA CONRADO ROSA, ID Funcional 32650050, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor DE-1 (1ª A 4ª), matrícula nº 11126 (Prefeitura Municipal de Itaguaí).

PROCESSO Nº E-03/10001609/2010 - PRISCILA DA SILVA OLIVEIRA DE FREITAS, ID Funcional 43527724, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 30 horas, vínculo 3 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/002/8962/2014 - MARCIUS CLAYTON PINHEIRO VIEIRA, ID Funcional 56611005, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 3 (SEEDUC) e Professor Docente I - 30 horas, vínculo 4 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/3316136/2007 - MARIA INES BASTOS CAMPOS PIRES, ID Funcional 38976250, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC).

LICITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "A", DA CRFB/1988.

PROCESSO Nº E-03/010/101330/2018 - PAULO MAURICIO FERREIRA SILVA, ID Funcional 41370260, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Agente Administrativo, matrícula nº 6194920 (Advocacia Geral da União).

LICITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELO SERVIDOR, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, DA CRFB/1988.

Id: 2231136

DE 19.12.2019

PROCESSO Nº E-03/8610255/2006 - ROBERTA FERREIRA DA COSTA, ID Funcional 34833161, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor I - Educação Física, matrícula nº 233.669-1 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/002/3276/2019 - WÂNIA TEIXEIRA RODRIGUES, ID Funcional 36174076, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente II, matrícula nº 8132 (Prefeitura Municipal de Maricá).

PROCESSO Nº E-03/007/4657/2019 - ALINE PINTO DE OLIVEIRA, ID Funcional 41964241, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 4 (SEEDUC) e Professor I - Língua Portuguesa, matrícula nº 279.959-1 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/007/4509/2019 - ELIETE CORDEIRO DE SOUZA, ID Funcional 34126384, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor de Ensino Fundamental, matrícula nº 162.424-6 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/008/3459/2019 - MARILIA CORREA DO ESPIRITO SANTO, ID Funcional 50262366, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor de Ensino Fundamental, matrícula nº 300.396-9 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/012/100825/2018 - ANDRE FLORES BUENO, ID Funcional 50335421, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor MG - 2D-Ciências, matrícula nº 7649-0 (Prefeitura Municipal de Siqueira).

PROCESSO Nº E-03/10501222/2012 - LEANDRO DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, ID Funcional 43851150, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I - Inglês, matrícula nº 55552 (Prefeitura Municipal de Magé).

PROCESSO Nº E-03/007/896/2018 - OLGA ALIÇA DE OLIVEIRA COVAS COSTA, ID Funcional 44157126, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/005/103264/2018 - LIDA MARIA BALDANZA NAZARETH QUARTE, ID Funcional 41150066, Professor Docente II, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor I C 8, matrícula nº 15/6623276 (Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu).

PROCESSO Nº E-03/016/3231/2018 - ANDREIA PEREIRA ESTEVAO, ID Funcional 36918865, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II N5, matrícula nº 8088 (Prefeitura da Cidade de São João de Meriti).

LICITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "A", DA CRFB/1988.

Id: 2231134

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,  
PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES  
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

## ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8634/2020  
DE 08 DE JANEIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e as que lhe confere o inciso IX do artigo 82 da Lei nº 287, de 04.12.1979, e tendo em vista o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo preceito legal,

## RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência a MARCELLO COIMBRA COSTA, ID Funcional nº 5102926-0, Diretor Administrativo e Financeiro, Símbolo PR-2 para, como ordenador de despesas, praticar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial e em especial para:

1. autorizar despesas, emissão de empenhos, movimentação de recursos financeiros e pagamento de despesas;
2. autorizar a abertura ou a dispensa de licitação, aprovação desta e a aceitação do objeto do contrato e aplicação de penalidades, bem como os correspondentes atos de alteração, revogação ou anulação;
3. autorizar a concessão de adiantamento, de diárias e aprovar ou impugnar as respectivas prestações de contas;
4. autorizar e assinar acordos, convênios e contratos, assim como aplicar penalidades pecuniárias previstas em lei, quando verificar descumprimento de obrigação contratual;
5. autorizar despesas de pessoal diversas.

Art. 2º - Ficam cessados os efeitos da PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8589, de 27 de junho de 2019.

Art. 3º - Dê-se ciência desta Portaria ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda nos termos do § 1º do art. 82 e parágrafo único do art. 289, ambos da Lei nº 287, de 04.12.1979.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2020

REINALDO LOPES COSTA  
Presidente

Id: 2231246

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 12/12/2019

DESIGNA ERASMO PIRAMA DA SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento H, como Presidente, OTAVIO GREGORIO DA SILVA FILHO, Agente de Saneamento G e FRANCISCO JOSE MEMIGETTE PAULO, Agente de Saneamento H, como membros titulares e WAGNER GONCALVES MONDEGO, Agente de Saneamento H, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, bem como JORGE LUIZ DA SILVA, Agente de Saneamento B, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, para "AQUISIÇÃO DE CHAPA DE AÇO", de que trata o Processo Nº E-07/100.459/2018, Ordem de Serviço PFIS nº 27.115-00/2019.

Id: 2231633

Secretaria de Estado de  
Governo e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E  
RELAÇÕES INSTITUCIONAISDESPACHO DO PREGOEIRO  
DE 08.01.2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-15/001/014678/2019 - ADJUDICO o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº 009/19, a aquisição de um conjunto de tendas sanfonadas lonas laterais personalizadas, de forma a atender às necessidades técnicas e operacionais das Operações Lei Seca e Segurança Presente, na forma do Instrumento Convocatório, e leve como vencedora a empresa - VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI (05.626.958/0001-06), com o valor global de R\$ 162.600,00 (cento e sessenta e dois mil e seiscentos reais).

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS  
DE 08.01.2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-15/001/014678/2019 - HOMOLOGO o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº 009/19, a aquisição de um conjunto de tendas sanfonadas lonas laterais personalizadas, de forma a atender às necessidades técnicas e operacionais das Operações Lei Seca e Segurança Presente, na forma do Instrumento Convocatório, e leve como vencedora a empresa - VISUAL INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS EIRELI (05.626.958/0001-06), com o valor global de R\$ 162.600,00 (cento e sessenta e dois mil e seiscentos reais).

Id: 2231683

## Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA DGAF Nº 1858 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

CRIA SUBUNIDADE DE CONTROLE PATRIMONIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Subunidade de Controle Patrimonial Auditoria Fiscal Especializada de Receitas Não Tributárias de Royalties e Participações Especiais - AFE 15 e designar, como seu respectivo Encarregado, o servidor Daniel Gomes de Sá, ID 5028151-8, a contar de 12/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2020

CARLOS BRUNO CAVALCANTI VINHAIS  
Diretor-Geral de Administração e Finanças

Id: 2231193

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
ATOS DO SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO

PORTARIA SUFIS Nº 967 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SUBSTITUTO EVENTUAL PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Auditor Fiscal da Receita Estadual SERGIO DE CASTRO JUNIOR, ID Funcional nº 4427435-1, para substituir em suas atribuições o Coordenador de Gestão de Benefícios Fiscais da Superintendência de Fiscalização, durante o período de férias, até o dia 30 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2020

FLÁVIO DO CABO DE CARVALHO NEBENZAHL  
Superintendente de Fiscalização em Exercício

Id: 2231056

PORTARIA SUFIS Nº 968 DE 09 DE JANEIRO DE 2020

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL (PCAN)

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, considerando a ordem contida no processo administrativo nº E-04/026/100208/2018,

## RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a instauração do Procedimento Administrativo de Cancelamento de Inscrição Estadual (PCAN) do contribuinte, abaixo indicado, com fulcro no art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014:

Razão Social: FR3 COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS EIRELI  
Inscrição Estadual: 11.266.126

CNPJ nº: 31.729.362/0001-41  
Endereço: Av. Albino de Almeida, 14, sala 204, Bairro: Campos Eliseos, Resende-RJ

Número do Processo: E-04/026/100208/2018  
Molva determinante da medida (fundamento legal): inciso I e §1º do art. 445, da Lei nº 2.857/98 e incisos I e III, §1º e §2º do art. 80, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720/2014.

Art. 2º - A inscrição estadual indicada no artigo anterior fica impedida a partir da data de publicação desta Portaria, por força do que dispõe os artigos 55, XXI, e 61, § 1º, ambos do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 3º - O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para interpor recurso ao Superintendente de Fiscalização, nos moldes do art. 65, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2020

FLÁVIO DO CABO DE CARVALHO NEBENZAHL  
Superintendente de Fiscalização em Exercício

Id: 2231194

PORTARIA SUFIS Nº 969 DE 09 DE JANEIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL - NITERÓI - AFR 33.01 E DO POSTO FISCAL DE ATENDIMENTO - SÃO GONÇALO - PFA 49.01, EM DECORRÊNCIA DA NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAR OS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS DISPONÍVEIS.

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - A partir de 03 de fevereiro de 2020, o atendimento no Posto Fiscal de Atendimento de São Gonçalo (PFA 49.01) será realizado temporariamente na Auditoria-Fiscal Regional - Niterói (AFR 33.01), situado na rua Marquês do Paraná, 191, sobreloja, Niterói - RJ, CEP: 24030-215.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2020

FLÁVIO DO CABO DE CARVALHO NEBENZAHL  
Superintendente de Fiscalização em Exercício

Id: 2231195

PORTARIA SUFIS Nº 970 DE 09 DE JANEIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL - DUQUE DE CAXIAS - AFR 17.01 E POSTO FISCAL DE ATENDIMENTO - NOVA IGUAÇU - PFA 35.01, EM DECORRÊNCIA DA NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAR OS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS DISPONÍVEIS.



Comunica-se aos condutores que, no caso do não acolhimento de suas razões de defesa prévia ou, seu exercício fora do prazo legal, será aplicada a Penalidade de Cassação da CNH, prevista no artigo 263, incisos I e II, do Código de Trânsito Brasileiro, cabendo da decisão desfavorável, recurso administrativo a uma das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI do DETRAN/RJ.

CNH nº 0030072256, art.263, I; CNH nº 02084161533, art.263, I; CNH nº 04944501510, art.263, I; CNH nº 01718663192, art.263, I; CNH nº 05534329940, art.263, I; CNH nº 010102156700, art.263, I; CNH nº 00443196006, art.263, I; CNH nº 00035299529, art.263, I; CNH nº 04431430536, art.263, I; CNH nº 00055542471, art.263, I; CNH nº 03435224073, art.263, I; CNH nº 00050577522, art.263, I; CNH nº 00800925531, art.263, I; CNH nº 00252821508, art.263, I; CNH nº 0193883438, art.263, I; CNH nº 00054776780, art.263, I; CNH nº 01317421176, art.263, I; CNH nº 05780960540, art.263, I; CNH nº 01329120744, art.263, I; CNH nº 01056826262, art.263, I; CNH nº 00072571958, art.263, I.

#### DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

##### EDITAL

**A AUTORIDADE DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, depois de esgotadas todas as tentativas de ciência, por meio de Notificação, via remessa postal (art. 23 da Resolução CONTRAN nº 723/2018), e em conformidade com o estabelecido nos incisos I e II do art. 263 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, NOTIFICA os condutores, abaixo relacionados, da imposição da Penalidade de CASSAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - CNH, pelo período de 2 (dois) anos, em razão do indeferimento de defesa prévia ou não apresentação da mesma até a data limite informada na Notificação de Instauração do Processo Tendente à Cassação.

De acordo com o estabelecido no art. 5º da Resolução CONTRAN nº 723/2018, fica assegurado aos condutores o exercício do direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa, extrair do artigo 5º, inciso LV da CRFB, podendo apresentar RECURSO às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI por escrito, perante a CENTRAL DE MULTAS E RECURSOS / ACESSO 04 - AV. PRESIDENTE VARGAS, 817, CENTRO-RJ, via internet através do site [www.detrans.gov.br](http://www.detrans.gov.br), via correio através de carta registrada ou ainda nas CIRETRANS, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do presente Diário Oficial. Os condutores poderão ainda dar início ao cumprimento da Penalidade, mediante ENTREGA da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, caso não tenha entregue antes, junto ao Núcleo de Documentos Acumulados - NUDA, da Diretoria de Habilitação deste Departamento de Trânsito, ou nos postos de Habilitação. Decorrido dois anos da entrega da CNH, os condutores poderão requerer sua reabilitação, a qual dar-se-á após aprovação no Curso de Reciclagem para Condutores Infiratores - CRCI e nos exames necessários a obtenção da CNH da categoria que possuía, ou de categoria inferior, preservada a data da primeira habilitação, de acordo com o § 2º do artigo 263 do CTB e Resolução CONTRAN nº 169/2005. Os recursos não serão conhecidos quando interpostos fora do prazo ou por quem não seja parte legítima, de acordo com o artigo 4º da Resolução CONTRAN nº 299/2008.

CNH nº 03934237804, art.263, I; CNH nº 04315399975, art.263, I; CNH nº 05023728820, art.263, I; CNH nº 02467896436, art.263, I; CNH nº 00311690283, art.263, I; CNH nº 00252805859, art.263, I; CNH nº 03302425018, art.263, I; CNH nº 01469871955, art.263, I; CNH nº 001082531, art.263, I; CNH nº 00183571919, art.263, I; CNH nº 00063257669, art.263, I; CNH nº 00136548150, art.263, I; CNH nº 000559788355, art.263, I; CNH nº 00168465409, art.263, I; CNH nº 00095382996, art.263, I; CNH nº 00377966784, art.263, I; CNH nº 00078956922, art.263, I; CNH nº 00208537424, art.263, I; CNH nº 04659647777, art.263, I; CNH nº 00144590541, art.263, I; CNH nº 00844593434, art.263, I; CNH nº 00175547438, art.263, I; CNH nº 04264606286, art.263, I; CNH nº 05457829465, art.263, I; CNH nº 0017332288, art.263, I; CNH nº 0078343404, art.263, I; CNH nº 04613193114, art.263, I; CNH nº 04076389486, art.263, I; CNH nº 03340815261, art.263, I; CNH nº 02875188401, art.263, I; CNH nº 04164289136, art.263, I; CNH nº 03350690158, art.263, I; CNH nº 04812510174, art.263, I; CNH nº 00140631980, art.263, I; CNH nº 04507806149, art.263, I; CNH nº 01184394101, art.263, I.

#### VICE-GOVERNADORIA FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

##### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**IDENTIFICAÇÃO:** Termo Aditivo IV de Prorrogação, Reratificação do Contrato nº 050/2015, assinado em 28.12.2019, PARTES: DE-RJ e CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ. **OBJETO:** Prorroga o prazo do Contrato por 12 (doze) meses corridos. **VALOR:** R\$ 134.358,80. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 3.149/1980, PROCESSO Nº E-16/002.007398/2019.

#### Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

##### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

#### IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

##### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Termo Aditivo nº 02 ao Contrato nº 450062202. **PARTES:** TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A e IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento o aumento do valor do contrato. **VALOR GLOBAL:** R\$ 1.056.000,00 (um milhão, cinquenta e seis mil reais). **VIGÊNCIA:** 17/03/2019 a 10/03/2021. **DATA DE ASSINATURA:** 11/12/2019. **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 2.745/98. **PROCESSO IOERJ** Nº E-01/79/166/2017.

#### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

##### EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Doação, assinado em 28/11/2019. **PARTES:** Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a Secretaria Municipal do Ambiente da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo. **OBJETO:** Doações de Bens Móveis. **PROCESSO** Nº E-12/211738/2019.

#### FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

##### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Termo Contratual nº 003/2019. **PROCESSO ADMINISTRATIVO** Nº E-12/2110824/2019. **PARTES:** Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ e IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **OBJETO:** Prestação de serviços diversos de impressão gráfica, por demanda, na forma de Termo de Referência. **VALOR:** R\$ 267.407,19 (duzentos e sessenta e sete mil quatrocentos e sete reais e dezesseis centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 16/12/2019. **PRazo:** 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua publicação. **FUNDAMENTO:** Art. 24, inciso VII da Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Estaduais nº 3.149/80, nº 21.081/94, Lei Estadual nº 287/79.

#### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

##### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 197/2019 (DSG). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a KIERRO FERRAGENS EIRELI EPP. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE CHAPA DE AÇO. **PRazo:** 30 (trinta) dias. **VALOR TOTAL:** R\$ 273.540,00 (duzentos e setenta e três mil quinhentos e quarenta reais). **DATA DE ASSINATURA:** 03/01/2020. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.459/2018 (Pregão Eletrônico nº 333/2019).

#### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

##### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 196/2019 (DSG). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a VIXUM COMERCIO LTDA EPP. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE CHAPA DE AÇO. **PRazo:** 30 (trinta) dias. **VALOR TOTAL:** R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). **DATA DE ASSINATURA:** 03/01/2020. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.459/2018 (Pregão Eletrônico nº 333/2019).

#### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

##### AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** CN nº 011/2018-ADPR-31. **OBJETO:** AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE MIGUEL COUTO - MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que foram consideradas habilitadas para prosseguimento na referida licitação as licitantes: CONSORCIO ÁGUAS DE MIGUEL COUTO (constituído pelas Empresas AUGUSTO VELOSO ENGENHARIA S/A, e TELAR ENGENHARIA E COMERCIO S/A), CONSORCIO MRM CBS (constituído pelas Empresas MRM CONSTRUTORA LTDA, e CBS CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA), DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA e COLLETT & SONS S/A - ENGENHARIA, COMERCIO E INDUSTRIA. Foi considerada inabilitada a licitante: CONSTRUÇÃO MELO DE AZEVEDO S/A, sendo as razões para tais inabilitações encontradas em Parecer circunstanciado anexo ao Processo nº E-07/100.103/2018, disponível no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao) para vistas aos interessados.

#### Secretaria de Estado de Fazenda

##### EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Adesão ao Convênio nº 020/2015. **PARTES:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, e o MUNICÍPIO DE ITAPERUNA. **OBJETO:** Adesão do Município de Itaperuna ao Convênio de Cooperação Técnica, cujo objeto é o intercâmbio de informações e a formulação de ações integradas de natureza Econômico-Fiscais. **DATA DA ASSINATURA:** 27/12/2019. **FUNDAMENTO:** Art. 199, da Lei nº 5.172/1966. **PROCESSO** Nº SEI-04/132/002399/2019.

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DA CAPITAL - AFR - 64.12

##### EDITAL

A AUDITORIA CHEFE DA AUDITORIA FISCAL REGIONAL CAPITAL 64.12, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 05/75, vem pelo presente, intimar o contribuinte ABITARE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 11.820.879/0001-90; INSCRIÇÃO nº 79.050.10-5, na pessoa de seus sócios IDILMAR DOS SANTOS DE OLIVEIRA, CPF 864.382.317-20 e JOSÉ MACHADO DA SILVA, CPF 078.977.076-87, ou quem os represente legalmente, a comparecer a essa repartição fiscal, situada à Avenida Erasmo Braga, nº 118º andar, Centro, Rio de Janeiro, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação deste Edital, para tomar ciência das fis. 201 a 241 do Processo nº E-04/008/773/2016 - Auto de Infração 03489922-9.

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR DE ITAGUAÍ - AFR 20.01

##### EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75 e, tendo em vista o Processo nº E-04/009/337/2017, fica o contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à IRF 20.01 - ITAGUAÍ, Rua Curvelo Cavalcanti, nº 164, Centro, Itaguaí - CEP: 23.810-200, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: ALMIR BELARMINO DE SOUSA E OUTROS  
CPF/CNPJ: 974.066.077-20  
Endereço: RUA FREI BALTAZAR 15 - NOVA ANGARA - ANGRA DOS REIS CEP 23833-275

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR DE ITAGUAÍ - AFR 20.01

##### EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75 e, tendo em vista o Processo nº E-04/009/337/2017, fica o contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à IRF 20.01 - ITAGUAÍ, Rua Curvelo Cavalcanti, nº 164, Centro, Itaguaí - CEP: 23.810-200, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: ELISIA ALVES DE SOUZA  
CPF/CNPJ: 079.384.377-43  
Endereço: RUA BARRIGUDINHO BL 04 AP 205-A - BRACUÍ - ANGRA DOS REIS/RJ CEP 23943-120

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR DE ITAGUAÍ - AFR 20.01

##### EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75 e, tendo em vista o processo nº E-04/008/325/2016, fica o

contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à IRF 20.01 - ITAGUAÍ, Rua Curvelo Cavalcanti, nº 164, Centro, Itaguaí - CEP: 23.810-200, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: FRANCISCO CARLOS CARVALHO DE SOUZA  
CPF/CNPJ: 755.111.853-53  
Endereço: TRAV BOA SORTE 52 - SANTA RITA DO BRACUÍ - CEP 23943-510

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR DE ITAGUAÍ - AFR 20.01

##### EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75 e, tendo em vista o Processo nº E-04/018/224/2017, fica o contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à IRF 20.01 - ITAGUAÍ, Rua Curvelo Cavalcanti, nº 164, Centro, Itaguaí - CEP: 23.810-200, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: JACYMAR COUTINHO DE OLIVEIRA CHAVES  
CPF/CNPJ: 33895030700  
Endereço: RUA GABRIELA MIRANDA SIQUEIRA 665/213 - VILA MURIQUI - MANGARATIBA/RJ CEP 23870-000

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR DE ITAGUAÍ - AFR 20.01

##### EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75 e, tendo em vista o Processo nº E-04/009/288/2013, fica o contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à IRF 20.01 - ITAGUAÍ, Rua Curvelo Cavalcanti, nº 164, Centro, Itaguaí - CEP: 23.810-200, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: JORGE MANOEL DE ARAÚJO  
CPF/CNPJ: 202.186.487-15  
Endereço: RUA FORTALEZA 649 - MORRO DA FORTALEZA - ANGRA DOS REIS/RJ CEP 23902-002

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR DE ITAGUAÍ - AFR 20.01

##### EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75 e, tendo em vista o Processo nº E-04/009/288/2013, fica o contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à IRF 20.01 - ITAGUAÍ, Rua Curvelo Cavalcanti, nº 164, Centro, Itaguaí - CEP: 23.810-200, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: JULIO CESAR CORREA PINTO CAMPOS  
CPF/CNPJ: 053.617.277-33

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR DE ITAGUAÍ - AFR 20.01

##### EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75 e, tendo em vista o Processo nº E-04/009/193/2013, fica o contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à IRF 20.01 - ITAGUAÍ, Rua Curvelo Cavalcanti, nº 164, Centro, Itaguaí - CEP: 23.810-200, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: JUNIO CONCEIÇÃO PINTO  
CPF/CNPJ: 118.692.737-29  
Endereço: RUA NILO MIGUEL DOS ANJOS 77 - FRADE - ANGRA DOS REIS/RJ CEP 23946-080

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR DE ITAGUAÍ - AFR 20.01

##### EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75 e, tendo em vista o Processo nº E-04/016/2380/2014, fica o contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à IRF 20.01 - ITAGUAÍ, Rua Curvelo Cavalcanti, nº 164, Centro, Itaguaí - CEP: 23.810-200, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: SULFASHION BLOUX DE SANTA CRUZ COMERCIO DE JOIAS  
Inscrição Estadual: 79.907.359  
CPF/CNPJ: 18.002.265/0001-94  
Endereço: RUA CELITA MELO DE ABREU 3 QD B LT 04 - CHACARAS ARCAMPO - DUQUE DE CAXIAS/RJ CEP 25255-040

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR DE ITAGUAÍ - AFR 20.01

##### EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75 e, tendo em vista o Processo nº E-04/009/79/2013, fica o contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à IRF 20.01 - ITAGUAÍ, Rua Curvelo Cavalcanti, nº 164, Centro, Itaguaí - CEP: 23.810-200, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: SUSAN PEIXOTO VIEIRA  
CPF/CNPJ: 026.776.677-70  
Endereço: BR 101 - KM 506 - SANTA RITA - ANGRA DOS REIS/RJ CEP 23943-500

#### CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CAMARA

##### AVISO

**DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS AOS RELATORES POR SORTEIO**  
Na sessão da Segunda Câmara deste Conselho de Contribuintes a ser realizada no dia 15 de janeiro de 2020, às 13h30min, serão distribuídos de sorteio efetuado pelo Representante da Fazenda presente a respectiva sessão, os seguintes recursos: